

**CENTRO DE ENSINO SUPERIOR ALMEIDA RODRIGUES LTDA**

CNPJ: 04.284.276/0001-04 – Insc. Est.: Isento
Rua Quinca Honório Leão, 1030 – Morada do Sol – Rio Verde – GO – Fone/Fax: (64) 3620-4700
Site: www.faculdedefar.edu.br

Curso: Direito

Reconhecimento: Curso reconhecido pela Portaria SERES nº 735 de 27/12/2013 - DOU 30/12/2013.

DISCIPLINA: Direitos Humanos e Cidadania		CURSO: <i>Direito</i>
PLANO DE CURSO:	CARGA HORÁRIA: 30 horas	PERÍODO: Noturno

1. EMENTA

Estudo dos fundamentos e desenvolvimento histórico da construção dos direitos do homem. Análise da cidadania enquanto fenômeno jurídico. A cidadania na sociedade capitalista. O discurso liberal da cidadania. Neoliberalismo e cidadania. Ética e cidadania. Pluralismo, tolerância e cidadania.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Apresentar ao discente a estrutura dos direitos humanos sob ponto de um Estado Constitucional/Internacionalista de Direito.

2.2 Objetivos específicos

- Estimular o estudo da dignidade da pessoa humana como fundamento do ordenamento jurídico;
- Auxiliar o aluno no entendimento da expressão “direitos humanos” no ordenamento pátrio;
- Orientar o futuro bacharel a interpretar o direito de acordo com os fundamentos da dignidade humana e da cidadania.

3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS E SUA LIGAÇÃO COM O DIREITO INTERNO: Afirmação histórica dos direitos humanos e sua relação com a Constituição Federal. Conceito, terminologia, estrutura normativa, fundamentação. Direitos humanos e a responsabilidade do Estado. Direitos humanos na Constituição Federal. Institucionalização dos direitos e garantias fundamentais. Globalização e direitos humanos. A proteção internacional dos direitos humanos. Fundamentos dos direitos humanos. Características dos direitos humanos no direito internacional. Interpretação e aplicação dos tratados internacionais de proteção aos direitos humanos. Direitos humanos, direito humanitário e direito dos refugiados. A interligação entre o direito internacional e o direito interno na proteção dos direitos humanos. A Constituição brasileira e os tratados internacionais de direitos humanos.

SISTEMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E PRINCIPAIS TRATADOS DE

D.H.: Sistema internacional de proteção dos direitos humanos. Universalismo e relativismo cultural. Precedentes históricos. O sistema da liga das nações. A Organização Internacional do Trabalho (OIT). Instrumentos internacionais de direitos humanos. O núcleo de direito internacional dos direitos humanos. Carta das Nações Unidas. Declaração universal de direitos humanos. Declaração universal de direitos humanos. Pacto internacional de direitos civis e políticos. Pacto internacional de direitos econômicos, sociais e culturais. Os limites dos direitos humanos na ordem internacional. A natureza objetiva da proteção internacional dos direitos humanos. Mecanismos de proteção contra as violações de direitos humanos. Responsabilidade internacional em matéria de direitos humanos. Regra do esgotamento dos recursos internos na proteção dos direitos humanos. Mecanismo unilateral e mecanismo institucional ou coletivo. A proteção dos direitos humanos na ONU. Sistemas convencional e extra convencional da ONU. Sistema interamericano de direitos humanos. Comissão

interamericana de direitos humanos e corte interamericana de direitos humanos. Responsabilidade internacional dos estados por violações de direitos sociais, econômicos e culturais. Mecanismos coletivos e afirmação do indivíduo como sujeito de direito internacional. Implementação das decisões de responsabilização internacional do Estado por violação de direitos humanos. Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes. Convenção sobre os direitos da criança. Convenção internacional sobre a proteção de direitos de todos os migrantes trabalhadores e membros de suas famílias e outros tratados sobre DH.

CIDADANIA – FENÔMENO JURÍDICO: A cidadania na sociedade capitalista. O discurso liberal da cidadania. Neoliberalismo e cidadania. Ética e cidadania. Pluralismo, tolerância e cidadania.

4 ESTRATÉGIAS DE TRABALHO

4.1 Procedimentos

- Aulas expositivas e dialogadas;
- Realização de estudos dirigidos, com incentivo à participação do aluno no questionamento e discussão;
- Estudo de textos e leitura adicional, como forma de estimular/orientar o desenvolvimento pessoal dos alunos;
- Elaboração de projetos de pesquisas, como forma de incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica;

4.2 Recursos

- Quadro negro;
- textos previamente selecionados;
- Livros e artigos.

5 AVALIAÇÕES

5.1 Formas da avaliação: Provas, trabalhos individuais e em grupos.

5.2 Número de avaliações no semestre: 03

- **Obs.:** Além das aulas, trabalhos em grupos, trabalhos individuais e debates, o aluno será avaliado através da prova que será escrita ou oral.
O resultado de cada avaliação será determinado através da somatória das atividades desenvolvidas em sala de aula, na pesquisa, na montagem dos trabalhos e sua apresentação e provas escritas e formais.

5.3 Avaliação quantitativa

5.3.1 Provas

- **Regimentais** (1ª e 2ª avaliações), sendo estas obrigatórias, devendo o acadêmico alcançar média igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o acadêmico não obtiver a média igual ou superior a 6,0 (seis) nas avaliações, obrigatoriamente, deverá realizar o exame final.
- **Valor das Avaliações:** total de 8,0 (oito) pontos, sendo:

a) 1ª avaliação - Escrita e sem consulta – Atividade regimental, obrigatória, equivalente a 8,0 (oito) + 2,0 (quatro) pontos de seminário/teste, sendo o valor total correspondente a 100% (cem por cento).

b) 2ª avaliação - Escrita e sem consulta – Atividade regimental, obrigatória, equivalente a 8,0 (oito) + 2,0 (quatro) pontos de seminário/teste, sendo o valor total correspondente a 100% (cem por cento).

c) Exame Final – Escrita e com consulta – o exame final tem obrigatoriamente o valor de 10,0 (dez) pontos, com questões objetivas e discursivas acerca da toda a matéria do semestre.

Está sujeito à terceira avaliação (exame final) o aluno que não obtiver média 6,0 (seis) nas duas primeiras avaliações 1º e 2º bimestres, terá que obter nota 5,0 considerando cálculo 1º nota + 2º nota = média + 3º avaliação/2 tendo obrigatoriamente de ter nota 5,0 no exame final.



CENTRO DE ENSINO SUPERIOR ALMEIDA RODRIGUES LTDA

CNPJ: 04.284.276/0001-04 – Insc. Est.: Isento
Rua Quinca Honório Leão, 1030 – Morada do Sol – Rio Verde – GO – Fone/Fax: (64) 3620-4700
Site: www.faculdadefar.edu.br

Curso: Direito

Reconhecimento: Curso reconhecido pela Portaria SERES nº 735 de 27/12/2013 - DOU 30/12/2013.

Caso o aluno não obtenha média 5,0 (cinco) será considerado reprovado.

É considerado aprovado o aluno com frequência acima de 75% (setenta e cinco por cento) e média mínima de 6,0 (seis) considerando 1º e 2º nota das duas primeiras avaliações do desempenho escolar.

5.3.2 Atividades intra e extraclasse

Todas as atividades intra e extraclasse desenvolvidas pelos acadêmicos serão avaliadas, respeitando as seguintes formas de avaliação:

- Avaliações teóricas e práticas sobre exercícios e simulações realizados em aula.
- Trabalhos realizados em grupo e individual.
- Resenha e resumo de artigos ou textos relacionados à disciplina, os quais deverão ser entregues até a data determinada em classe.
- Relatórios de atividades intra ou extraclasse.
- Análise de textos (oral e escrita), referente aos textos estudados.

5.4 Avaliação qualitativa

Serão considerados como critérios para a avaliação qualitativa as seguintes recomendações:

- Observação individual do desempenho em atividades e exercícios orais e escritos;
- Observação direta e indireta da participação dos alunos nas aulas por meio de discussões e debates;
- Avaliação das atitudes e atenção durante as explicações;
- Comprometimento com as atividades intra e extraclasse;
- Pontualidade (início e término das aulas, bem como data de entrega e/ou realização de atividades);
- Participação nas avaliações escritas e orais;
- Interação positiva com o professor, acadêmicos e funcionários;
- Conceito frequencial (assiduidade), comportamental ou participativo;
- Observação da participação no desenvolvimento de leituras afins extraclasse;

6 OBSERVAÇÕES

Fica a critério do professor e da coordenação do curso a exigência de outras avaliações.

7 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Cidadania: do direito aos direitos humanos*. São Paulo: Acadêmica, 1993.
- BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- PEREIRA E SILVA, Reinaldo. (Org.) *Direitos Humanos como educação para a Justiça*. São Paulo, LTR, 1998.
- ROCHA, Leonel Severo (Org.). *Teoria do Direito e do Estado*. Porto Alegre, Sérgio Fabris, 1994.
- RODRIGUES, Horácio Wanderley (Org.) *O Direito no III milênio*. Canoas, Ulbra, 2000.
- SANTOS, Rogério Dutra dos. *Introdução crítica ao estudo do sistema penal: Elementos para a compreensão da atividade repressiva do Estado*. Florianópolis, Diploma Legal, 1999.
- SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos humanos fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.
- VARELLA, Marcelo Dias. (Org.) *Revoluções no campo Jurídico*. São Paulo, Cortesia, 1998.

8 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Direitos Humanos e Não Violência**. São Paulo: Atlas, 2001.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- DORNELLES, João Ricardo W. **O que são direitos humanos**. São Paulo: Brasiliense, 1989 (Col. Primeiros Passos).



CENTRO DE ENSINO SUPERIOR ALMEIDA RODRIGUES LTDA

CNPJ: 04.284.276/0001-04 – Insc. Est.: Isento
Rua Quinca Honório Leão, 1030 – Morada do Sol – Rio Verde – GO – Fone/Fax: (64) 3620-4700
Site: www.faculdadefar.edu.br

Curso: Direito

Reconhecimento: Curso reconhecido pela Portaria SERES nº 735 de 27/12/2013 - DOU 30/12/2013.

FARIA, José Eduardo. **Direitos Humanos, Direitos Sociais e Justiça.** São Paulo: Malheiros, 2002.

FLEINER, Thomas. **O que são os direitos humanos?** São Paulo: Max Limond, 2003.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos Humanos Fundamentais.** 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

GUERRA, Sidney. **Direitos Humanos: uma abordagem interdisciplinar.** Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002.

HOLLANDA, Cristina Buarque. **Política e Direitos Humanos.** Rio de Janeiro: Revan, 2005.

JUNQUEIRA, Ivan de Carvalho. **Dos Direitos Humanos do Preso.** São Paulo: Lemos e Cruz, 2004.

LAFER, Celso. **A Reconstrução dos Direitos Humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

OLIVEIRA, Almir de. Curso de Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

PIOVESAN, Flávia. (coord.). **Direitos humanos, globalização econômica e integração regional: desafios do Direito Constitucional Internacional.** São Paulo: Max Limonad, 2002.

_____. **Temas de Direitos Humanos.** São Paulo: Max Limonad, 2003.

RAMOS, André de Carvalho. **Direitos Humanos em Juízo.** São Paulo: Max Limond, 2001.

ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. **O direito a vida digna.** Belo Horizonte: Fórum, 2004.

TAVARES, André Ramos. **Reforma do Judiciário no Brasil Pós-88: (des)estruturando a justiça: comentários completos à Emenda Constitucional n.45/94.** São Paulo: Saraiva, 2005.

VILHENA, Oscar Vieira. **Direitos Humanos: normativa internacional.** São Paulo: Max Limond, 2001.

**CENTRO DE ENSINO SUPERIOR ALMEIDA RODRIGUES LTDA**

CNPJ: 04.284.276/0001-04 – Insc. Est.: Isento
Rua Quinca Honório Leão, 1030 – Morada do Sol – Rio Verde – GO – Fone/Fax: (64) 3620-4700
Site: www.faculdadefar.edu.br

Curso: Direito

Reconhecimento: Curso reconhecido pela Portaria SERES nº 735 de 27/12/2013 - DOU 30/12/2013.

DISCIPLINA: Argumentação Jurídica		CURSO: <i>Direito</i>
PLANO DE CURSO:	CARGA HORÁRIA: 80h	PERÍODO: Noturno

1. EMENTA

O Raciocínio e sua Expressão. Os Argumentos Jurídicos (teoria da argumentação jurídica). Utilidade do Raciocínio Jurídico. A questão da existência da lógica jurídica (Silogismo). Sofisma e Refutação. Lógica e Linguagem. A Gramática e o Estilo Lógico. Interpretação e Ideologia. A persuasão da linguagem: retórica. O contexto histórico e social da norma jurídica e de sua interpretação. A força ideológica da linguagem e o poder do discurso jurídico. Linguagem jurídica e seus aspectos, culturais, sociais, econômicos e ideológicos. Técnicas básicas de redação: uso da linguagem jurídica. O “juridiquês”. A linguagem das decisões judiciais e da necessidade de ser compreendida. A justificação das decisões judiciais e das peças processuais. Argumentação jurídica em casos concretos. Laboratório de argumentação

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

O ensino de argumentação jurídica visa instrumentalizar o acadêmico por meio do conhecimento formal do Português, para que ele seja capaz de comunicar com propriedade: ler, compreender e elaborar textos, atos, documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas, através da aplicação do Direito na norma culta da língua, tanto no registro quanto escrito.

Formar Profissionais do Direito apto para a arte de falar em público, críticos à importância da grande loquência do discurso no ambiente formal.

2.2 Objetivos específicos

Refletir sobre o ensino da Língua Materna, voltado ao processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem oral, nos seus aspectos de correção, fruição, dicção, domínio e controle da voz.

- Promover sistemático treinamento da modalidade oral da Língua, primando corrigir as inibições e desenvolver a eloquência.
- Aprimorar o domínio da escrita na Ciência do Direito, apresentando as distinções entre oralidade, para fruição do discurso, domínio das modalidades discursivas e comunicação jurídica.
- Propiciar atividades pertinentes ao exercício da profissão, estimulando a capacidade redacional do acadêmico às características do discurso normativo e tipologias discursivas.
- Incentivar a participação em atividades referentes à prática jurídica, a fim de desenvolver habilidades discurso jurídico e a prática forense.
- Estimular o conhecimento através de Literatura, autores leitura de textos relativos ao Direito, para uso do vocabulário jurídico e aquisição de estruturas lingüísticas de peças judiciais e dos instrumentos jurídicos, retórica, lógica argumentação, eloquência e oratória.

- Vitalizar as habilidades e competências de escrita, interpretação e oralidade por meio de diversas atividades, apresentando noções de estilística e seus respectivos papéis de linguagem, por meio da reflexão sobre os fenômenos lingüísticos e a consciência da sua diversidade textual, focadas ao Direito.

Proceder a uma revisão gramatical do Português instrumental, níveis, figuras e funções voltadas à prática jurídica, para domínio da norma culta da Língua

3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I: O Direito como Discurso

O Raciocínio e sua Expressão

Os Argumentos Jurídicos (teoria da argumentação jurídica)

Utilidade do Raciocínio Jurídico

A questão da existência da lógica jurídica (Silogismo)

Sofisma e Refutação

Lógica e Linguagem

Unidade II: Discurso formal normativo

A Gramática e o Estilo Lógico

Interpretação e Ideologia

A persuasão da linguagem: retórica

O contexto histórico e social da norma jurídica e de sua interpretação

Regras de Interpretação

Leitura e Linguagem dos Textos Legais.

Unidade III: O Discurso Jurídico e a Prática Forense

A força ideológica da linguagem e o poder do discurso jurídico

Linguagem jurídica e seus aspectos, culturais, sociais, econômicos e ideológicos

Técnicas básicas de redação: uso da linguagem jurídica

A justificação das decisões judiciais e das peças processuais

Unidade IV: Língua e Linguagem

O “juridiquês”

A linguagem das decisões judiciais e da necessidade de ser compreendida

Unidade IV: Retórica

Lógica Jurídica

Argumentação

Eloquência e Oratória Jurídica

Unidade V: Estilística e Prática

A apresentação do Direito e o Papel da Linguagem

Argumentação jurídica em casos concretos

Laboratório de argumentação

4 ESTRATÉGIAS DE TRABALHO

4.1 Procedimentos

- aulas expositivas e dialogadas;
- realização de estudos dirigidos, com incentivo à participação do aluno no questionamento e discussão;
- estudo de textos e leitura adicional, como forma de estimular/orientar o desenvolvimento pessoal dos alunos;
- elaboração de projetos de pesquisas, como forma de incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica;

4.2 Recursos

- quadro negro;
- textos previamente selecionados;
- livros e artigos.

5 AVALIAÇÕES

5.1 Formas da avaliação: Provas, trabalhos individuais e em grupos.

5.2 Número de avaliações no semestre: 03

- **Obs.:** Além das aulas, trabalhos em grupos, trabalhos individuais e debates, o aluno será avaliado através da prova que será escrita ou oral.

O resultado de cada avaliação será determinado através da somatória das atividades desenvolvidas em sala de aula, na pesquisa, na montagem dos trabalhos e sua apresentação e provas escritas e formais.

5.3 Avaliação quantitativa

5.3.1 Provas

- **Regimentais** (1ª e 2ª avaliações), sendo estas obrigatórias, devendo o acadêmico alcançar média igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o acadêmico não obtiver a média igual ou superior a 6,0 (seis) nas avaliações, obrigatoriamente, deverá realizar o exame final.
- **Valor das Avaliações:** total de 8,0 (oito) pontos, sendo:

a) 1ª avaliação - Escrita e sem consulta – Atividade regimental, obrigatória, equivalente a 8,0 (oito) + 2,0 (quatro) pontos de seminário/teste, sendo o valor total correspondente a 100% (cem por cento).

b) 2ª avaliação - Escrita e sem consulta – Atividade regimental, obrigatória, equivalente a 8,0 (oito) + 2,0 (quatro) pontos de seminário/teste, sendo o valor total correspondente a 100% (cem por cento).

c) Exame Final – Escrita e com consulta – o exame final tem obrigatoriamente o valor de 10,0 (dez) pontos, com questões objetivas e discursivas acerca da toda a matéria do semestre.

Está sujeito à terceira avaliação (exame final) o aluno que não obtiver média 6,0 (seis) nas duas primeiras avaliações 1º e 2º bimestres, terá que obter nota 5,0 considerando cálculo 1º nota + 2º nota = média + 3º avaliação/2 tendo obrigatoriamente de ter nota 5,0 no exame final.

Caso o aluno não obtenha média 5,0 (cinco) será considerado reprovado.

É considerado aprovado o aluno com frequência acima de 75% (setenta e cinco por cento) e média mínima de 6,0 (seis) considerando 1º e 2º nota das duas primeiras avaliações do desempenho escolar.

5.3.2 Atividades intra e extraclasse

Todas as atividades intra e extraclasse desenvolvidas pelos acadêmicos serão avaliadas, respeitando as seguintes formas de avaliação:

- Avaliações teóricas e práticas sobre exercícios e simulações realizados em aula.
- Trabalhos realizados em grupo e individual.
- Resenha e resumo de artigos ou textos relacionados à disciplina, os quais deverão ser entregues até a data determinada em classe.
- Relatórios de atividades intra ou extraclasse.
- Análise de textos (oral e escrita), referente aos textos estudados.

5.4 Avaliação qualitativa

Serão considerados como critérios para a avaliação qualitativa as seguintes recomendações:

- observação individual do desempenho em atividades e exercícios orais e escritos;
- observação direta e indireta da participação dos alunos nas aulas por meio de discussões e debates;
- avaliação das atitudes e atenção durante as explicações;
- comprometimento com as atividades intra e extraclasse;
- pontualidade (início e término das aulas, bem como data de entrega e/ou realização de atividades);
- participação nas avaliações escritas e orais;
- interação positiva com o professor, acadêmicos e funcionários;
- conceitos frequencial (assiduidade), comportamental ou participativo;
- observação da participação no desenvolvimento de leituras afins extraclasse;

6 OBSERVAÇÕES

Fica a critério do professor e da coordenação do curso a exigência de outras avaliações.

7 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GUNTHER, Klaus. **Teoria da Argumentação**. São Paulo: Landy, 2005.

ALEXY, Robert. **Teoria da Argumentação Jurídica**. Tradução Cláudia Toledo. São Paulo: Landy, 2005

DUARTE, Écio Oto Ramos. **Teoria do Discurso e correção Normativa do Direito**. São Paulo: Landy, 2004.

8 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROSO, Darlan, Eduardo de Moraes Sabbag, Marco Antonio Araujo Junior. **Manual de redação jurídica e língua portuguesa para OAB**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

XAVIER, Ronaldo Caldeira. **Português no Direito**.

HEURY, AidêBuzaid. **Introdução à Lógica Jurídica: Fundamentos filosóficos**. São Paulo: LTR, 2002.

HENRIQUES, Antonio; DAMIÃO, Regina Toledo. **Curso de Português Jurídico**. São Paulo: Atlas, 2004.



PLANO DE CURSO

Disciplina: Sociologia Geral e Jurídica

Rio Verde/GO

2016/1



CENTRO DE ENSINO SUPERIOR ALMEIDA RODRIGUES LTDA

CNPJ: 04.284.276/0001-04 – Insc. Est.: Isento

Rua Quinca Honório Leão, 1030 – Morada do Sol – Rio Verde – GO – Fone/Fax: (64) 3620-4700

Site: www.faculdadefar.com.br – E-mail: direito@faculdadefar.com.br

Curso: Direito

Autorização: Port. SESu Nº 584 de 26/06/2007 – Pub. no DOU Nº 122 em 27/06/2007

ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: Sociologia Geral e Jurídica		CURSO: Direito
PLANO DE CURSO: 1º semestre de 2016	CARGA HORÁRIA: 30 horas	PROFESSORA:
CRÉDITOS: 02	PERÍODO: 2º TURMA: “A”	TURNOS: Noturno

1 EMENTA

Condições históricas para o surgimento das Ciências Sociais. Da Filosofia Social para a Teoria Social. O Positivismo de Comte. Categorias analíticas de Ciências Sociais aplicadas ao Direito: as abordagens de Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx. Indústria cultural e alienação. Teoria Crítica na Escola de Frankfurt. O trabalho na sociedade capitalista: globalização, neoliberalismo e movimentos sociais. Sociedade e Cultura. Instituições sociais. Sociologia Jurídica: contexto histórico, objeto e método. A relação entre Direito e Sociedade. Escolas Jurídicas: escolas moralistas e positivistas do direito. A função da Sociologia Jurídica e a eficácia do Direito: tridimensionalidade do Direito. Efeitos sociais, eficácia e adequação interna das normas jurídicas. Controle Social e Direito. Função social do Direito. Tendências do direito contemporâneo: pluralismo jurídico e direito alternativo. A Sociologia Jurídica no Brasil. Temas para reflexão em sociologia do direito: violência e segurança pública, direito penal e sistema penitenciário, direitos humanos, políticas sociais e a questões urbana e agrária, infância e juventude. Relações Étnicas raciais historia e cultura Afro Brasileira, Africana e Indígena.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

A presente disciplina objetiva propiciar ao estudante do Curso de Direito, um instrumental teórico da Sociologia para a compreensão das relações fundamentais entre

Direito e Sociedade, assim como, analisar a atuação do meio social e seus fatores sobre o Direito e a atuação do Direito sobre a sociedade e os diversos setores sociais. Visa, também, compreender a origem e as transformações das instituições jurídicas, a função social dos operadores jurídicos, a litigiosidade social e as estratégias de solução de conflitos e os Direitos Humanos.

2.2 Objetivos específicos:

- Oportunizar a discussão introdutória da problemática sociológica num sentido e em seus aspectos interdisciplinares;
- Oferecer as ferramentas básicas de análise sociológica que servirão como subsídios pedagógicos para a formação, nos alunos, de uma subjetividade complexa que combine empreendimento, responsabilidade e análise crítica frente aos dilemas multidimensionais da globalização;
- Fornecer uma visão global do conhecimento sociológico básico como preliminar aos conhecimentos jurídicos fundamentais, de forma a iniciar os alunos na compreensão dos conceitos fundamentais e comuns a todos os ramos do Direito, bem como a introduzir os estudantes nas problemáticas e conceituações relevantes no âmbito da sociologia do direito;
- Discutir alguns problemas sociológicos tradicionais no campo do Direito, focalizando as suas inter-relações mais relevantes com as mudanças econômicas, sociais, políticas, tecnológicas, psicológicas e culturais geradas pelos processos contraditórios de globalização em curso.

3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I – Direito e Sociologia:

- A Lógica do Direito;
- Sociologia e Sociologia Jurídica;
- Premissas de Sociologia Jurídica.

Unidade II – A Sociologia Positiva de Augusto Comte:



CENTRO DE ENSINO SUPERIOR ALMEIDA RODRIGUES LTDA

CNPJ: 04.284.276/0001-04 – Insc. Est.: Isento

Rua Quinca Honório Leão, 1030 – Morada do Sol – Rio Verde – GO – Fone/Fax: (64) 3620-4700

Site: www.faculdadefar.com.br – E-mail: direito@faculdadefar.com.br

Curso: Direito

Autorização: Port. SESu Nº 584 de 26/06/2007 – Pub. no DOU Nº 122 em 27/06/2007

- Positivismo,
- Ciência Jurídica.

Unidade III – A Sociologia de Émile Durkheim:

- Solidariedade,
- Direito e Justiça em Durkheim.

Unidade IV- A Sociologia compreensiva de Max Weber:

- Subjetividade;
- Direito Garantido;
- Dominação em Weber.

Unidade V – Karl Max e a Luta de Classes:

- Marxismo;
- Forma Jurídica.

Unidade VI – Instituições de Controle Social:

- A Escola;
- A Prisão

Unidade VII – O Direito como Fato Social:

- O Direito, a Solução de Conflitos e a Mudança Social;
- Direito e Anomia;
- Ação, Consciência e Estrutura;

Unidade VIII – O Direito Processual como Expressão de valores Socioculturais:

- Os Instrumentos Humanos de Realização da Ordem Jurídica;
- A Opinião Pública sobre o Direito e as Instituições Jurídicas;
- Justiça;
- A Censura no Brasil: O Direito e a Realidade Social.

4 ESTRATÉGIAS DE TRABALHO

4.1 Procedimentos:

- aulas expositivas e dialogadas;
- realização de estudos dirigidos, com incentivo à participação do aluno no questionamento e discussão;
- estudo de textos e leitura adicional, como forma de estimular/orientar o desenvolvimento pessoal dos alunos;

- projeção de filmes, documentários e slides;
- palestras, seminários, debates, mesas redondas, cursos ou atividades correlatas;
- discussões de temas sociais sob a perspectiva jurídica;
- elaboração de projetos de pesquisas, como forma de incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica;
- realização de pesquisas bibliográficas e de campo;
- apresentação oral de atividades realizadas (micro-aula e mini-cursos);

4.2 Recursos:

- quadro negro;
- projetor de multimídia;
- retroprojetor;
- TV, DVD;
- vídeo;
- computador;
- textos previamente selecionados;
- livros e artigos.

5 AVALIAÇÕES

5.1 Quantitativa

5.1.1 Provas

- **Escritas e sem consultas** (1ª e 2ª avaliações), sendo estas obrigatórias, devendo o acadêmico alcançar média igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o acadêmico não obtiver a média do semestre igual ou superior a 6,0 (seis), obrigatoriamente, deverá realizar o exame final. A média ponderada no exame final é de 5,0 (cinco) pontos.
- **Valor das Avaliações:** total de 10,0 (dez vírgula zero) pontos, sendo:

1.ª avaliação: 6,0 (seis) pontos da avaliação escrita e individual com questões objetivas e discursivas + 4,0 (quatro) pontos de atividades realizadas intra e extra classe e critérios qualitativos.

2.ª avaliação: 6,0 (seis) pontos da avaliação escrita e individual com questões objetivas e discursivas + 4,0 (quatro) pontos de atividades realizadas intra e extra classe e critérios qualitativos.

Exame final: o exame final tem obrigatoriamente o valor de 10,0 (dez) pontos: com questões objetivas e discursivas.

➤ **Data das avaliações:** 1ª Avaliação: 07/04/2016

2ª Avaliação: 23/06/2016

➤ **Conteúdo da avaliação:** o conteúdo das avaliações será cumulativo até a data da realização da referida prova.

5.3.2 Atividades intra e extraclasse

Todas as atividades intra e extraclasse desenvolvida pelos acadêmicos serão avaliadas, respeitando as seguintes formas de avaliação:

- Avaliações teóricas e práticas sobre exercícios e simulações realizados em aula.
- Trabalhos realizados em grupo e individual.
- Resenha e resumo de artigos ou textos relacionados à disciplina, os quais deverão ser entregues até as respectivas datas das avaliações (1ª e 2ª avaliação).
- Relatórios de atividades intra ou extraclasse.
- Apresentação de seminários e debates dirigidos que serão realizados nas aulas.
- Apresentação oral de atividades realizadas.
- Análise de textos (oral e escrita), referente aos textos estudados.

5.4 Avaliação qualitativa

Serão considerados como critérios para a avaliação qualitativa as seguintes recomendações:

- observação individual do desempenho em atividades e exercícios orais e escritos;

- observação direta e indireta da participação dos alunos nas aulas por meio de discussões e debates;
- avaliação das atitudes e atenção durante as explicações;
- comprometimento com as atividades intra e extraclasse;
- pontualidade (início e término das aulas, bem como data de entrega e/ou realização de atividades);
- participação nas avaliações escritas e orais;
- interação positiva com o professor, acadêmicos e funcionários;
- conceitos freqüencial (assiduidade), comportamental ou participativo;
- observação da participação no desenvolvimento de leituras afins extraclasse;

6 OBSERVAÇÕES

Fica a critério do professor e da coordenação do curso a exigência de outras avaliações.

7 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ROCHA, José Manuel de Sacadura. **Fundamentos e fronteiras da sociologia jurídica**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005. (Os clássicos)

ROSA, Felipe Augusto de Miranda. **Sociologia do direito: o fenômeno jurídico como fato social**. 17. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

SCURO NETO, Pedro. **Sociologia Geral e Jurídica**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ADORNO, Theodor Walter. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1994.

ANDRADE, Lédio Rosa de. **O que é Direito Alternativo?** Florianópolis: Habitus, 2001.

BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. **Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

_____. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.

COELHO, Teixeira. **O que é a indústria cultural?** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.

COSTA, Maria Cristina Castilho. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. São Paulo: Editora Moderna, 2005.

FARIA, José Eduardo; CAMPILONGO, Celso. **A Sociologia Jurídica no Brasil**. Porto Alegre:



CENTRO DE ENSINO SUPERIOR ALMEIDA RODRIGUES LTDA

CNPJ: 04.284.276/0001-04 – Insc. Est.: Isento

Rua Quinca Honório Leão, 1030 – Morada do Sol – Rio Verde – GO – Fone/Fax: (64) 3620-4700

Site: www.faculadefar.com.br – E-mail: direito@faculadefar.com.br

Curso: Direito

Autorização: Port. SESu Nº 584 de 26/06/2007 – Pub. no DOU Nº 122 em 27/06/2007

SAFE, 1991.

HERKENHOFF, João Baptista. **Como Aplicar o Direito**. São Paulo: Forense, 2007.

JAPIASSU, Hilton. **Introdução às ciências humanas – Análise de Epistemologia Historia**. São Paulo: Letras & Letras, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia geral**. 7. ed. rev . e ampl. São Paulo: Atlas; 1999.

LEMOS FILHO, Arnaldo et al (org.). **Sociologia Geral e do Direito**. Campinas: Alínea, 2004.

MACHADO NETO, Antônio Luís. **Sociologia Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 1987.

SOUTO, Cláudio; FALCÃO, Joaquim. **Sociologia e Direito: textos básicos para a disciplina de Sociologia Jurídica**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

9 ASSINATURAS

Prof^ª. Drda. Elquissana Quirino dos Santos

Rio Verde/GO, ____/____/____.

PROGRAMA DE CURSO APROVADO EM ____/____/____.

DEPARTAMENTO RESPONSÁVEL: _____

Coordenador (a) do Curso

Diretor (a)

**CENTRO DE ENSINO SUPERIOR ALMEIDA RODRIGUES LTDA**

CNPJ: 04.284.276/0001-04 – Insc. Est.: Isento
Rua Quinca Honório Leão, 1030 – Morada do Sol – Rio Verde – GO – Fone/Fax: (64) 3620-4700
Site: www.faculdadefar.edu.br

Curso: Direito

Reconhecimento: Curso reconhecido pela Portaria SERES nº 735 de 27/12/2013 - DOU 30/12/2013.

DISCIPLINA: Língua Portuguesa		CURSO: <i>Direito</i>
PLANO DE CURSO:	CARGA HORÁRIA: 82h/a	PERÍODO: Noturno

1. EMENTA

O Raciocínio e sua Expressão. Os Argumentos Jurídicos (teoria da argumentação jurídica). Utilidade do Raciocínio Jurídico. A questão da existência da lógica jurídica (Silogismo). Sofisma e Refutação. Lógica e Linguagem. A Gramática e o Estilo Lógico. Interpretação e Ideologia. A persuasão da linguagem: retórica. O contexto histórico e social da norma jurídica e de sua interpretação. A força ideológica da linguagem e o poder do discurso jurídico. Linguagem jurídica e seus aspectos, culturais, sociais, econômicos e ideológicos. Técnicas básicas de redação: uso da linguagem jurídica. O “juridiquês”. A linguagem das decisões judiciais e da necessidade de ser compreendida. A justificação das decisões judiciais e das peças processuais. Argumentação jurídica em casos concretos. Laboratório de argumentação

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

O ensino de argumentação jurídica visa instrumentalizar o acadêmico por meio do conhecimento formal do Português, para que ele seja capaz de comunicar com propriedade: ler, compreender e elaborar textos, atos, documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas, através da aplicação do Direito na norma culta da língua, tanto no registro quanto escrito.

Formar Profissionais do Direito apto para a arte de falar em público, críticos à importância da grande loquência do discurso no ambiente formal.

2.2 Objetivos específicos

Refletir sobre o ensino da Língua Materna, voltado ao processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem oral, nos seus aspectos de correção, fruição, dicção, domínio e controle da voz.

- Promover sistemático treinamento da modalidade oral da Língua, primando corrigir as inibições e desenvolver a eloquência.
- Aprimorar o domínio da escrita na Ciência do Direito, apresentando as distinções entre oralidade, para fruição do discurso, domínio das modalidades discursivas e comunicação jurídica.
- Propiciar atividades pertinentes ao exercício da profissão, estimulando a capacidade redacional do acadêmico às características do discurso normativo e tipologias discursivas.
- Incentivar a participação em atividades referentes à prática jurídica, a fim de desenvolver habilidades discurso jurídico e a prática forense.
- Estimular o conhecimento através de Literatura, autores leitura de textos relativos ao Direito, para uso do vocabulário jurídico e aquisição de estruturas lingüísticas de peças judiciais e dos instrumentos jurídicos, retórica, lógica argumentação, eloquência e oratória.



- Vitalizar as habilidades e competências de escrita, interpretação e oralidade por meio de diversas atividades, apresentando noções de estilística e seus respectivos papéis de linguagem, por meio da reflexão sobre os fenômenos lingüísticos e a consciência da sua diversidade textual, focadas ao Direito.

Proceder a uma revisão gramatical do Português instrumental, níveis, figuras e funções voltadas à prática jurídica, para domínio da norma culta da Língua

3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I: O Direito como Discurso

O Raciocínio e sua Expressão

Os Argumentos Jurídicos (teoria da argumentação jurídica)

Utilidade do Raciocínio Jurídico

A questão da existência da lógica jurídica (Silogismo)

Sofisma e Refutação

Lógica e Linguagem

Unidade II: Discurso formal normativo

A Gramática e o Estilo Lógico

Interpretação e Ideologia

A persuasão da linguagem: retórica

O contexto histórico e social da norma jurídica e de sua interpretação

Regras de Interpretação

Leitura e Linguagem dos Textos Legais.

Unidade III: O Discurso Jurídico e a Prática Forense

A força ideológica da linguagem e o poder do discurso jurídico

Linguagem jurídica e seus aspectos, culturais, sociais, econômicos e ideológicos

Técnicas básicas de redação: uso da linguagem jurídica

A justificação das decisões judiciais e das peças processuais

Unidade IV: Língua e Linguagem

O “juridiquês”

A linguagem das decisões judiciais e da necessidade de ser compreendida

Unidade IV: Retórica

Lógica Jurídica

Argumentação

Eloquência e Oratória Jurídica

Unidade V: Estilística e Prática

A apresentação do Direito e o Papel da Linguagem

Argumentação jurídica em casos concretos

Laboratório de argumentação

4 ESTRATÉGIAS DE TRABALHO

4.1 Procedimentos

- aulas expositivas e dialogadas;
- realização de estudos dirigidos, com incentivo à participação do aluno no questionamento e discussão;
- estudo de textos e leitura adicional, como forma de estimular/orientar o desenvolvimento pessoal dos alunos;
- elaboração de projetos de pesquisas, como forma de incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica;

4.2 Recursos

- quadro negro;
- textos previamente selecionados;
- livros e artigos.

5 AVALIAÇÕES

5.1 Formas da avaliação: Provas, trabalhos individuais e em grupos.

5.2 Número de avaliações no semestre: 03

- **Obs.:** Além das aulas, trabalhos em grupos, trabalhos individuais e debates, o aluno será avaliado através da prova que será escrita ou oral.

O resultado de cada avaliação será determinado através da somatória das atividades desenvolvidas em sala de aula, na pesquisa, na montagem dos trabalhos e sua apresentação e provas escritas e formais.

5.3 Avaliação quantitativa

5.3.1 Provas

- **Regimentais** (1ª e 2ª avaliações), sendo estas obrigatórias, devendo o acadêmico alcançar média igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o acadêmico não obtiver a média igual ou superior a 6,0 (seis) nas avaliações, obrigatoriamente, deverá realizar o exame final.
- **Valor das Avaliações:** total de 8,0 (oito) pontos, sendo:

a) 1ª avaliação - Escrita e sem consulta – Atividade regimental, obrigatória, equivalente a 8,0 (oito) + 2,0 (quatro) pontos de seminário/teste, sendo o valor total correspondente a 100% (cem por cento).

b) 2ª avaliação - Escrita e sem consulta – Atividade regimental, obrigatória, equivalente a 8,0 (oito) + 2,0 (quatro) pontos de seminário/teste, sendo o valor total correspondente a 100% (cem por cento).

c) Exame Final – Escrita e com consulta – o exame final tem obrigatoriamente o valor de 10,0 (dez) pontos, com questões objetivas e discursivas acerca da toda a matéria do semestre.

Está sujeito à terceira avaliação (exame final) o aluno que não obtiver média 6,0 (seis) nas duas primeiras avaliações 1º e 2º bimestres, terá que obter nota 5,0 considerando cálculo 1º nota + 2º nota = média + 3º avaliação/2 tendo obrigatoriamente de ter nota 5,0 no exame final.

Caso o aluno não obtenha média 5,0 (cinco) será considerado reprovado.

É considerado aprovado o aluno com frequência acima de 75% (setenta e cinco por cento) e média mínima de 6,0 (seis) considerando 1º e 2º nota das duas primeiras avaliações do desempenho escolar.

5.3.2 Atividades intra e extraclasse

Todas as atividades intra e extraclasse desenvolvidas pelos acadêmicos serão avaliadas, respeitando as seguintes formas de avaliação:

- Avaliações teóricas e práticas sobre exercícios e simulações realizados em aula.
- Trabalhos realizados em grupo e individual.
- Resenha e resumo de artigos ou textos relacionados à disciplina, os quais deverão ser entregues até a data determinada em classe.
- Relatórios de atividades intra ou extraclasse.
- Análise de textos (oral e escrita), referente aos textos estudados.

5.4 Avaliação qualitativa

Serão considerados como critérios para a avaliação qualitativa as seguintes recomendações:

- observação individual do desempenho em atividades e exercícios orais e escritos;
- observação direta e indireta da participação dos alunos nas aulas por meio de discussões e debates;
- avaliação das atitudes e atenção durante as explicações;
- comprometimento com as atividades intra e extraclasse;
- pontualidade (início e término das aulas, bem como data de entrega e/ou realização de atividades);
- participação nas avaliações escritas e orais;
- interação positiva com o professor, acadêmicos e funcionários;
- conceitos frequencial (assiduidade), comportamental ou participativo;
- observação da participação no desenvolvimento de leituras afins extraclasse;

6 OBSERVAÇÕES

Fica a critério do professor e da coordenação do curso a exigência de outras avaliações.

7 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ABREU, Antônio Suárez. **A arte de Argumentar Gerenciando Razão e Emoção**. São Paulo: Ateliê Editora, 2005.
- ALLAN e Barbosa Pease; tradução Pedro Jorgensen Júnior. **Desvendando os segredos da linguagem corporal**. Rio de Janeiro: Sextante, 2005.
- ALEXY, Robert. **Teoria da Argumentação Jurídica**. Tradução Zilda HutchinsonSchild Silva. São Paulo: Landy, 2010.
- ALVES, AlaôrCaffé. **Lógica: pensamento formal e argumentação**. São Paulo: Edipro, 2000.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BENASSI, Marcos. **Linguagem Forense**. São Paulo: Bookseller, 2004.
- MOETARI, Cesar A. **Introdução à lógica**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

8 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BARROSO, Darlan, Eduardo de Moraes Sabbag, Marco Antonio Araujo Junior. **Manual de redação jurídica e língua portuguesa para OAB**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.
- GUNTHER, Klaus. **Teoria da Argumentação no direito e na moral: justificação e aplicação**. São , 2011. Paulo: Landy Editora, 2004.
- HEURY, AidêBuzaid. **Introdução á Lógica Jurídica: Fundamentos filosóficos**. São Paulo: LTR, 2002.
- HENRIQUES, Antonio; DAMIÃO, Regina Toledo. **Curso de Português Jurídico**. São Paulo: Atlas, 2004.

**CENTRO DE ENSINO SUPERIOR ALMEIDA RODRIGUES LTDA**

CNPJ: 04.284.276/0001-04 – Insc. Est.: Isento
Rua Quinca Honório Leão, 1030 – Morada do Sol – Rio Verde – GO – Fone/Fax: (64) 3620-4700
Site: www.faculadefar.edu.br

Curso: Direito

Reconhecimento: Curso reconhecido pela Portaria SERES nº 735 de 27/12/2013 - DOU 30/12/2013.

DISCIPLINA: Ciência Política e Teoria Geral do Estado		CURSO: Direito
PLANO DE CURSO: 2016/02	CARGA HORÁRIA: 60 horas	PERÍODO: 2.º Período

1. EMENTA

Especificidade da Política: origem, conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes. Ciência Política e Teoria do Estado. Evolução histórica e clássicos do pensamento político: Grécia, Roma, Idade Média e Modernidade. Principais correntes do pensamento político contemporâneo. Origem e evolução do Estado. Estado Moderno. Estado Contemporâneo e suas funções sociais. Elemento do Estado. Formas de Governo: parlamentarismo e presidencialismo. Formas de Estado e Federalismo. Regime de governo e democracia. Declaração de direitos, separação de poderes e função do Estado. Estado contemporâneo e direitos humanos. Poder do Estado. Poder Constituinte. Reformador e Decorrente. Os fundamentos do Estado democrático.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Proporcionar ao acadêmico o domínio dos conceitos, normas e princípios relacionados aos elementos básicos do Estado e Ciência Política.

2.2 Objetivos específicos

Identificar os princípios e normas básicas da formação e estruturação do Estado;
Desenvolver a capacidade de interpretação dos institutos e princípios introdutórios da Ciência Política.

3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. O Estado – A complexidade do Fenômeno Estatal – Noções gerais.
2. O Estado como objeto de estudo das disciplinas Teoria Geral do Estado, Ciência Política, Direito Constitucional e Direito Administrativo. A Ciência Política estudando o poder do Estado.
3. A origem do Estado – Evolução histórica e clássicos do pensamento político;
4. Conhecer: os elementos essenciais do Estado: povo território e governo; Formas de nascimento e extinção;
5. O Estado e direito – Personalidade Jurídica do Estado; Nascimento do Estado
6. Estado e governo: - Governo e Soberania; Classificação das formas de governo. Monarquia e República; Finalidade do Estado;
7. Poder do Estado – Tipos: Poder Social, Político e Jurídico;
8. A Separação de Poderes e funções do Estado;



9. Reconhecer os diversos tipos de Estado: Absolutista, Totalitário, Social e Democrático de Direito;
10. Sistemas de Governo – Noções de Parlamentarismo e presidencialismo. Sistema Eleitoral;
11. O Estado Constitucional: A ideia de constituição. Origem e característica do constitucionalismo. Constituição formal e material. O poder constituinte.

4 ESTRATÉGIAS DE TRABALHO

4.1 Procedimentos

- Aulas expositivas e dialogadas;
- Realização de estudos dirigidos, com incentivo à participação do aluno no questionamento e discussão;
- Apresentação oral de atividades realizadas (microaula e minicursos);
- Realização de pesquisas bibliográficas e de campo;
- Estudo de textos e leitura adicional, como forma de estimular/orientar o desenvolvimento pessoal dos alunos;
- Projeção de filmes, documentários e slides;
- Elaboração de projetos de pesquisas, como forma de incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica.

4.2 Recursos

- Quadro negro;
- Data Show;
- TV, DVD;
- Vídeo;
- Computador;
- Textos previamente selecionados;
- Livros e artigos.

5 AVALIAÇÕES

5.1 Formas da avaliação: Provas, trabalhos individuais e em grupos.

5.2 Número de avaliações no semestre: 03

- **Obs.:** Além das aulas, trabalhos em grupos, trabalhos individuais e debates, o aluno será avaliado através da prova que será escrita ou oral.

O resultado de cada avaliação será determinado através da somatória das atividades desenvolvidas em sala de aula, na pesquisa, na montagem dos trabalhos e sua apresentação e provas escritas e formais.

5.3 Avaliação quantitativa

5.3.1 Provas

- **Regimentais** (1ª e 2ª avaliações), sendo estas obrigatórias, devendo o acadêmico alcançar média igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o acadêmico não obtiver a média igual ou superior a 6,0 (seis) nas avaliações, obrigatoriamente, deverá realizar o exame final.
- **Valor das Avaliações:** total de 8,0 (oito) pontos, sendo:

a) 1ª avaliação - Escrita e com consulta – Atividade regimental, obrigatória, equivalente a 8,0 (oito) + 2,0 (quatro) pontos de seminário/teste, sendo o valor total correspondente a 100% (cem por cento).

b) 2ª avaliação - Escrita e com consulta – Atividade regimental, obrigatória, equivalente a 8,0 (oito) + 2,0 (quatro) pontos de seminário/teste, sendo o valor total correspondente a 100% (cem por cento).



c) Exame Final – Escrita e com consulta – o exame final tem obrigatoriamente o valor de 10,0 (dez) pontos, com questões objetivas e discursivas acerca da toda a matéria do semestre.

Está sujeito à terceira avaliação (exame final) o aluno que não obtiver média 6,0 (seis) nas duas primeiras avaliações 1º e 2º bimestres, terá que obter nota 5,0 considerando cálculo 1º nota + 2º nota = média + 3º avaliação/2 tendo obrigatoriamente de ter nota 5,0 no exame final.

Caso o aluno não obtenha média 5,0 (cinco) será considerado reprovado.

É considerado aprovado o aluno com frequência acima de 75% (setenta e cinco por cento) e média mínima de 6,0 (seis) considerando 1º e 2º nota das duas primeiras avaliações do desempenho escolar.

5.3.2 Atividades intra e extraclasse

Todas as atividades intra e extraclasse desenvolvidas pelos acadêmicos serão avaliadas, respeitando as seguintes formas de avaliação:

- Avaliações teóricas e práticas sobre exercícios e simulações realizados em aula.
- Trabalhos realizados em grupo e individual.
- Resenha e resumo de artigos ou textos relacionados à disciplina, os quais deverão ser entregues até a data determinada em classe.
- Relatórios de atividades intra ou extraclasse.
- Análise de textos (oral e escrita), referente aos textos estudados.

5.4 Avaliação qualitativa

Serão considerados como critérios para a avaliação qualitativa as seguintes recomendações:

- Observação individual do desempenho em atividades e exercícios orais e escritos;
- Observação direta e indireta da participação dos alunos nas aulas por meio de discussões e debates;
- Avaliação das atitudes e atenção durante as explicações;
- Comprometimento com as atividades intra e extraclasse;
- pontualidade (início e término das aulas, bem como data de entrega e/ou realização de atividades);
- Participação nas avaliações escritas e orais;
- Interação positiva com o professor, acadêmicos e funcionários;
- Conceitos frequencial (assiduidade), comportamental ou participativo;
- Observação da participação no desenvolvimento de leituras afins extraclasse;

6 OBSERVAÇÕES

Ficará a critério do professor e da coordenação do curso a exigência de outras avaliações.

7 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AZAMBUJA, Darcy. **Introdução a Ciência Política**. 17ª Ed. São Paulo: Globo, 2005.

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. 44ª Ed. São Paulo: Globo, 2005

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 25ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

8 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR



CENTRO DE ENSINO SUPERIOR ALMEIDA RODRIGUES LTDA

CNPJ: 04.284.276/0001-04 – Insc. Est.: Isento

Rua Quinca Honório Leão, 1030 – Morada do Sol – Rio Verde – GO – Fone/Fax: (64) 3620-4700

Site: www.faculdefar.edu.br

Curso: Direito

Reconhecimento: Curso reconhecido pela Portaria SERES nº 735 de 27/12/2013 - DOU 30/12/2013.

APPIO, Eduardo. **Teoria geral do estado e da constituição**. Curitiba: Juruá, 2005.

BERLOFFA, Ricardo Ribas da Costa. **Introdução ao curso de teoria geral do estado**. Campinas: Bookseller, 2004.

BASTOS, Celso Ribeiro Bastos. **Teoria do Estado e Ciência Política**. São Paulo: Celso Bastos Editora, 2004.

COSTA, NELSON NERY. **Ciência Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O futuro do estado**. São Paulo: Saraiva, 2001.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**, v. 1: as ilusões armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**, v. 2: as ilusões armadas. São Paulo: Companhia das Letras.

MALATESTA, Nicola. **A sociedade e o estado**. Campinas: LZN, 2003.

ROBERT, CINTHIA. MAGALHÃES, JOSÉ LUIZ QUADROS DE. **Teoria do Estado Democracia e Poder Local**. 2ª ed. Rio de Janeiro; Lumen Juris, 2002.

SOARES, Mario Lúcio Quintão. **Teoria do estado**: introdução. 2. ed. São Paulo: Del Rey, 2004.

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL I		CURSO: <i>Direito</i>
PLANO DE CURSO: 2º SEMESTRE 2016	CARGA HORÁRIA: 60 ha	PERÍODO: 2º

1. EMENTA

Noções Gerais sobre o Direito. Direito Civil: conceito, origens e fontes. Lei de Introdução ao Código Civil. O Código Civil Brasileiro. Sujeitos de Direito: pessoa natural e pessoa jurídica. Direitos da Personalidade. Desconsideração da Personalidade da Pessoa Natural. Domicílio: espécies de domicílio; domicílio da pessoa natural e da pessoa jurídica. Das Pessoas Jurídicas: conceito, natureza jurídica, classificação e desconsideração da personalidade da pessoa jurídica. Dos Bens e sua Classificação.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Implementar o conhecimento dogmático-jurídico, quanto ao direito civil, demonstrando suas relações sociais, assim como sua relevância para o aspecto profissional, visto que estabelece os parâmetros que regem as relações jurídicas das pessoas físicas e jurídicas.

2.2 Objetivos específicos

- Fornecer aos alunos a ferramenta do próprio pensar, através de uma análise crítica do texto legal;
- Interpretar autores relacionados ao direito civil.
- Investigar questões atinentes a pertinência social
- Verificar o confronto entre a lei e o mundo prático.

3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Direito Civil: Noções Gerais sobre o Direito. Conceito. Origens. Fontes.
- Lei de Introdução ao Código Civil.
- Sujeitos de Direito: pessoa natural e pessoa jurídica.
- Direitos da Personalidade
- Desconsideração da Personalidade da Pessoa Natural
- Domicílio: espécies de domicílio; domicílio da pessoa natural e da pessoa jurídica
- Dos Bens e sua Classificação.

4 ESTRATÉGIAS DE TRABALHO

4.1 Procedimentos

- aulas expositivas e dialogadas;
- realização de estudos dirigidos, com incentivo à participação do aluno no questionamento e discussão;
- estudo de textos e leitura adicional, como forma de estimular/orientar o desenvolvimento pessoal dos alunos;

- elaboração de projetos de pesquisas, como forma de incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica;

4.2 Recursos

- quadro negro;
 - textos previamente selecionados;
 - livros e artigos.

5 AVALIAÇÕES

5.1 Formas da avaliação: Provas, trabalhos individuais e em grupos.

5.2 Número de avaliações no semestre: 03

•**Obs.:** Além das aulas, trabalhos em grupos, trabalhos individuais e debates, o aluno será avaliado através da prova que será escrita ou oral.

O resultado de cada avaliação será determinado através da somatória das atividades desenvolvidas em sala de aula, na pesquisa, na montagem dos trabalhos e sua apresentação e provas escritas e formais.

5.3 Avaliação quantitativa

5.3.1 Provas

•**Regimentais** (1ª e 2ª avaliações), sendo estas obrigatórias, devendo o acadêmico alcançar média igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o acadêmico não obtiver a média igual ou superior a 6,0 (seis) nas avaliações, obrigatoriamente, deverá realizar o exame final.

•**Valor das Avaliações:** total de 8,0 (oito) pontos, sendo:

a) **1ª avaliação - Escrita e sem consulta** – Atividade regimental, obrigatória, equivalente a 8,0 (oito) + 2,0 (quatro) pontos de seminário/teste, sendo o valor total correspondente a 100% (cem por cento).

b) **2ª avaliação - Escrita e sem consulta** – Atividade regimental, obrigatória, equivalente a 8,0 (oito) + 2,0 (quatro) pontos de seminário/teste, sendo o valor total correspondente a 100% (cem por cento).

c) **Exame Final – Escrita e com consulta** – o exame final tem obrigatoriamente o valor de 10,0 (dez) pontos, com questões objetivas e discursivas acerca da toda a matéria do semestre.

Está sujeito à terceira avaliação (exame final) o aluno que não obtiver média 6,0 (seis) nas duas primeiras avaliações 1º e 2º bimestres, terá que obter nota 5,0 considerando cálculo $1^\circ \text{ nota} + 2^\circ \text{ nota} = \text{media} + 3^\circ \text{ avaliação}/2$ tendo obrigatoriamente de ter nota 5,0 no exame final.

Caso o aluno não obtenha media 5,0 (cinco) será considerado reprovado.

É considerado aprovado o aluno com frequência acima de 75% (setenta e cinco por cento) e média mínima de 6,0 (seis) considerando 1º e 2º nota das duas primeiras avaliações do desempenho escolar.

5.3.2 Atividades intra e extraclasse

Todas as atividades intra e extraclasse desenvolvidas pelos acadêmicos serão avaliadas, respeitando as seguintes formas de avaliação:

- Avaliações teóricas e práticas sobre exercícios e simulações realizados em aula.
- Trabalhos realizados em grupo e individual.
- Resenha e resumo de artigos ou textos relacionados à disciplina, os quais deverão ser entregues até a data determinada em classe.
- Relatórios de atividades intra ou extraclasse.
- Análise de textos (oral e escrita), referente aos textos estudados.

5.4 Avaliação qualitativa

Serão considerados como critérios para a avaliação qualitativa as seguintes recomendações:

- observação individual do desempenho em atividades e exercícios orais e escritos;
- observação direta e indireta da participação dos alunos nas aulas por meio de discussões e debates;
- avaliação das atitudes e atenção durante as explicações;
- comprometimento com as atividades intra e extraclasse;
- pontualidade (início e término das aulas, bem como data de entrega e/ou realização de atividades);
- participação nas avaliações escritas e orais;
- interação positiva com o professor, acadêmicos e funcionários;
- conceitos frequencial (assiduidade), comportamental ou participativo;
- observação da participação no desenvolvimento de leituras afins extraclasse;

6 OBSERVAÇÕES

Fica a critério do professor e da coordenação do curso a exigência de outras avaliações.

7 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código Civil Comentado**. 6. ed. rev., ampl. e atual. até 28 de março de 2008. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil**: lei de introdução e parte geral. 9. ed. São Paulo: Método, 2013.

8 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE JÚNIOR, Attila de Souza Leão. **Comentários ao Novo Código Civil**: parte geral. v. 1. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

BARROS, Flavio Augusto Monteiro de. **Manual de Direito Civil**: lei de Introdução e parte geral. v. 1. 2. ed. São Paulo: Método, 2006.

BRASIL. **Códigos 4 em 1**: civil, comercial, processo civil e constituição federal. São Paulo: Saraiva, 2005 (Legislação Saraiva).

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**: parte geral. v. 1. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

DINIZ, Maria Helena; LISBOA, Roberto Senise. **O Direito Civil no Século XXI**. São Paulo: Saraiva, 2003.

FIUZA, César. **Direito Civil**: curso completo. 11. ed. rev. atual e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

FIUZA, Ricardo; SILVA, Regina Beatriz Tavares da. **Novo Código Civil Comentado**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

LISBOA, Roberto Senise. **Manual de Direito Civil**: teoria geral do direito civil. v. I. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil**: parte geral. 41. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil**: parte geral. v.1. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

NERY, Rosa Maria de Andrade. **Noções Preliminares de Direito Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil**: parte geral. v. 1. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

PEREIRA, Caio Mario. **Instituições de Direito Civil**: introdução ao direito civil, teoria geral de direito civil. v. 1. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

_____. **Direito Civil**: alguns aspectos da sua evolução. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Afeto, Ética, Família e o Novo Código Civil**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

REALE, Miguel. **História do Novo Código Civil**. v. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005 (Col. Biblioteca de Direito Civil).

_____. **Comentários ao Novo Código Civil**. v. 20. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

RIZZARDO, Arnaldo. **Parte Geral do Código Civil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

RODRIGUES, Sílvio. **Direito Civil**: parte geral. v. 1. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

WALD, Arnoldo. **Direito Civil**: introdução e parte geral. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**: parte geral. v. 1. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.